

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025

Termo do Acordo Coletivo de Trabalho que firmam entre si, o **SINDICATO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA E REGIÃO – SSMCR**, entidade sindical, com sede à Rua 29 de Julho, 141, 1º Andar, Sala 12, Concórdia, SC, neste ato representado por seu Presidente WILLIAM AMPESE, e o **MUNICÍPIO DE IRANI**, neste ato representado pelo Prefeito VANDERLEI CANCI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira – As cláusulas deste presente acordo vigorarão a contar da data de sua assinatura até 31/12/2024.

Cláusula Segunda – Anualmente as Comissões de Negociação, constituídas pelo Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região e o Município de Irani, reunir-se-ão para a negociação da pauta ora estabelecida, ficando aqui estabelecido como data-base o mês de janeiro de cada ano.

Parágrafo único: As Comissões Paritárias de Negociação serão constituídas anualmente, por representantes do Sindicato, da coordenação municipal e do Município de Irani, as quais serão nomeadas por cada parte.

Cláusula Terceira – O Sindicato terá livre acesso aos locais de trabalho para entrega de periódicos, editais, divulgar as ações sindicais e sanar dúvidas dos Servidores.

§ 1º - O Município permitirá que o Sindicato mantenha um quadro de avisos visível nos locais de trabalho para divulgação das atividades Sindicais.

§ 2º - O Município, quando solicitado mediante protocolo na Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, autorizará reuniões nos setores ou secretarias, podendo, em caso de impossibilidade de sua realização, marcar nova data em comum acordo com o Sindicato.

Cláusula Quarta – O Município reconhece o Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região, como representante da categoria dos Servidores Municipais de Irani para a negociação coletiva e demais questões atinentes às relações de trabalho.

Cláusula Quinta – O Município procederá ao desconto na folha de pagamento dos Servidores das:

I - Mensalidades sindicais, desde que previamente autorizada por escrito pelo servidor, com comunicação uma única vez, por ofício, até o décimo-quinto dia do mês;

II - Contribuições financeiras legalmente instituídas pelo Sindicato, mediante autorização em assembleia.

Parágrafo único. O Município encaminhará ao Sindicato, mensalmente, comprovante das consignações e depósitos realizados, bem como relação dos servidores sindicalizados;

Cláusula Sexta – Necessitando algum membro da Coordenação Municipal de Irani ou por esse indicado, ausentar-se por motivo de participação em cursos de formação, congressos, plenárias, simpósios ou outra necessidade comprovada, deverá ser formalizado o pedido com, 07 (sete) dias de antecedência, sem prejuízo de sua remuneração, sendo limitado a três (3) liberações por representante da coordenação no decorrer do acordo.

§ 1º. O Município manterá a disposição do Sindicato 01 (um) membro da coordenação municipal eleito, 01 (um) dia por mês, com remuneração integral do cargo efetivo para desenvolver as atividades do Sindicato no Município, sempre mediante ajuste entre as partes e sem prejuízos a sua remuneração.

§ 2º. Os membros da Coordenação Municipal de Irani, terão liberação de um (01) dia a cada três (3) meses para participação nas reuniões do Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região, conforme calendário pré-estabelecido e aprovado entre as partes, sem prejuízo de sua remuneração.

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

Cláusula Sétima – O Município manterá programa permanente de qualificação ao servidor público municipal compreendendo:

I - palestras e atividades referentes à saúde do trabalhador (uso de EPI's, segurança no local de trabalho, assédio moral);

II - a importância social do serviço público e o papel do servidor; e,

III - aperfeiçoamento profissional conforme as atividades específicas de cada segmento do serviço público municipal, extensivos a todos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Oitava - O Município encaminhará os procedimentos legais para:

- I** - preenchimento de uma vaga com direito a voz e voto nos Conselhos de Educação e FUNDEB, bem como demais conselhos ou órgãos deliberativos que envolvam o serviço público municipal pelo SSMCR;
- II** - correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da reclamação, quando houver divergências nas folhas de pagamento tendo o servidor recebido remuneração com valor maior ou menor, exceto em caso de acerto entre a Diretoria de Recursos Humanos e servidor;
- III** - estudo para implantação de “ajuda de custo” pelo deslocamento dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS que atuam no perímetro rural do Município;

PLANOS DE CARREIRA E ESTATUTO

Cláusula Nona– O Executivo Municipal manterá estudo permanente de viabilização reajuste da tabela salarial das funções com menores salários e de categorias com defasagem salarial, incluindo o sindicato e representantes de base para compor comissão de estudo.

SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR

Cláusula Décima – O Município garantirá aos Servidores boas condições no ambiente de trabalho, permitindo a prestação de serviços públicos de qualidade aos munícipes, ficando a Medicina do Trabalho, em conjunto com a CIPA, encarregadas das providências necessárias à aplicabilidade da presente cláusula, preservado o direito de acompanhamento e fiscalização do Sindicato, e ainda:

- I** - Elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho – LTCATs nos locais que apresentam problemas, com a presença de pelo menos um representante do Sindicato, o qual deverá ser informado, com antecedência, a data e local da vistoria;
- II** - Respeitará a qualificação profissional específica para a qual o Servidor prestou concurso público, sempre observando a legislação;
- III** - Assegurar a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e o controle da entrega e qualidade dos mesmos;

IV - Promover ações para garantir a saúde dos trabalhadores do Município;

V - Implantar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme previsão da NR 05, de forma a zelar pela saúde dos trabalhadores do Município de Irani, conforme previsto na Lei Municipal n. 1.916/2019;

VI - O Município se compromete em aplicar e se adequar as NR's Normas Regulamentadoras ao serviço público;

CLÁUSULAS FINANCEIRAS

Cláusula Décima Primeira – O Município poderá pagar o 13º (décimo terceiro) salário em até 02 (duas) parcelas: a primeira no mês de julho e a segunda até o 20º (vigésimo) dia do mês de dezembro de cada ano.

Cláusula Décima Segunda – O Município realizará, durante o ano de 2024, estudo sobre a possibilidade de pagar o Prêmio Assiduidade mensalmente, diluído em doze vezes, sendo que o valor percentual poderá ser igual e devido a todos os servidores independentemente do cargo ocupado, com exceção de agentes políticos e estagiários.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Cláusula Décima Terceira – O auxílio-alimentação terá o valor de R\$ 328,26, a ser pago mensalmente em pecúnia na folha de pagamento dos servidores ativos e proporcional a sua carga-horária, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.984/2021. Caso a forma de pagamento em pecúnia venha a sofrer incidências de qualquer natureza, fica facultado ao Município implementar o sistema cartão alimentação.

Parágrafo único. Não será concedido auxílio-alimentação aos agentes políticos e estagiários;

REAJUSTE/REVISÃO

Cláusula Décima Quarta - Fica estabelecida o percentual de 4,72% a título de revisão geral anual, já devidamente concedido através da Lei Municipal nº 2.161/2023 e Decreto Municipal nº 008/2024.

Parágrafo único. Quaisquer aumentos de naturezas financeiras, especialmente relacionados à defasagem inflacionária (0,83% do IPCA-E) ou o reajuste do auxílio alimentação para R\$

400,00, somente poderão ser concedidas se precedidas de parecer jurídico do Município ou através de consulta formal junto aos órgãos da Justiça Eleitoral.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Cláusula Décima Quinta - Resta fixado o correspondente a 3,5% sobre o vencimento base de cada trabalhador, o valor a ser cobrado de todos os trabalhadores abrangidos por esse acordo coletivo, independentemente de serem sindicalizados ou não, conforme definiu o Supremo Tribunal Federal no Tema 935, que deverá ser descontado em folha de pagamento e repassado ao sindicato até o mês de março do corrente ano, em parcela única.

§ 1º. Fica assegurado o direito do trabalhador a não ter efetuado o desconto mencionado no *caput* desta Cláusula, o que deverá ser formalizado através de Carta de Oposição, cujo documento será escrito e assinado de próprio punho pelo servidor e encaminhado até dia 26/02/2024, devendo ser entregue diretamente ao Sindicato, situado na Rua 29 de julho, número 141, salas 11 e 12, Centro/SC, com horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.

§ 2º. Aos trabalhadores sindicalizados ativos até a assinatura do presente acordo, o desconto mencionado no *caput* desta Cláusula, por já contribuírem financeiramente para o sindicato, fica automaticamente optado pelo não desconto, cabendo ao trabalhador informar expressamente caso opte por efetuar a contribuição assistencial.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima Sexta: A vigência do presente acordo coletivo de trabalho tem efeitos a partir da assinatura do presente acordo.

Parágrafo único. A vigência das Cláusulas Sociais (as que não envolvam recursos financeiros) do presente acordo se estendem até a assinatura do próximo acordo coletivo.

Cláusula Décima Sétima - O documento final da presente negociação será complementado mediante assinatura das leis, decretos e demais atos próprios, objetivando dar-lhe valor jurídico.

Cláusula Décima Quinta - Fica revogado de pleno direito qualquer Acordo Coletivo de Trabalho anterior assinado no ano de 2024.

Irani/SC, 20 de fevereiro de 2024.

WILLIAM AMPESE

Presidente SSMCR

VANDERLEI CANCI

Prefeito do Município de Irani